

# usina termoeétrica em santa catarina: da concepção da sotelca à privatização da jorge lacerda

**Alcides Goularti Filho**

Universidade do Extremo Sul Catarinense

**Fábio Farias de Moraes**

Universidade do Extremo Sul Catarinense

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o processo de constituição da Sociedade Termoeétrica de Capivari e da construção e expansão da Usina Termoeétrica de Capivari, no bojo da industrialização pesada, durante a década perdida e na era neoliberal. Busca-se também compreender como o Estado vai condensando materialmente os diversos interesses e contradições que havia em torno do carvão nacional, no tocante à questão energética. O texto está dividido em cinco partes. Inicialmente, dá-se um panorama do sistema nacional de geração e transmissão de energia; em segundo lugar, apresenta-se um breve relato do complexo carbonífero catarinense; em seguida, faz-se uma reconstituição dos discursos, das leis e dos projetos que a antecederam e deram condições concretas para a criação da SOTELCA; em quarto lugar, relata-se sua evolução, desde a constituição até a incorporação feita pela Eletrosul; e, por último, analisa-se o período que vai desta incorporação à privatização.

**Palavras-chave:** usina termoeétrica, Santa Catarina, geração e transmissão de energia

## ABSTRACT

This article presents a historical boarding of the Thermoelectrical Complex Jorge Lacerda since its state conception in 1956 until the privatization in 1997. The text is divided in five parts. Initially, it is made a panorama of the national system of generation and transmission of energy; in according to place, a brief story of the catarinense carboniferous complex is presented; after that, an reconstitution of the speeches, the laws and the projects is made that had preceded and given concrete conditions for the creation of the SOTELCA; in forth place, an evolution of the SOTELCA since the constitution to the incorporation made for the Eletrosul is presented; and finally, is analyzed the period that goes of this incorporation to the privatization.

**Key words:** thermoelectrical, Santa Catarina, generation and transmission of energy

## **As condições objetivas e subjetivas para a formação da SOTELCA**

O panorama do setor de energia elétrica em Santa Catarina, nos anos de 1940 e 1950, não se diferenciava do nacional. Neste período, podemos observar dois movimentos que caminharam em paralelo na geração, na transmissão e na distribuição de energia no país: a intervenção federal e a estadual. Em 1952, o setor estatal era responsável por apenas 6,8% da capacidade instalada, o privado nacional, por 10,8% e o capital externo era de 82,4%. A Light (*Light and Power Company Limited*) e a Amforp (*American & Foreign Power Company*), a primeira, de capital canadense, que iniciou suas atividades no Brasil em 1897, e a segunda, de capital norte-americano, que chegou em 1927, praticamente dominaram o cenário nacional de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, até meados dos anos 50 (Dias, 1988). O acelerado processo de industrialização, urbanização e integração do mercado interno, iniciado após 1930, fez aumentar de forma exponencial a demanda por energia elétrica no país. A falta de crédito, na forma de capital financeiro, a insuficiência tecnológica, a incapacidade financeira de importar e a falta constante de insumo, sobretudo energia elétrica, restringiam o crescimento da indústria brasileira. A situação começou a se normalizar com a industrialização pesada, iniciada com o Plano de Metas, em 1956 (Cardoso de Mello, 1987). As duas maiores iniciativas federais que visavam atender à crescente demanda por energia elétrica foram a criação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), em outubro de 1945, que iniciou suas operações de geração e transmissão em dezembro de 1954 (Paulo Afonso I), e a criação das Centrais Elétricas de Furnas S.A., em 1957, que entrou em operação em 1963, com a Usina de Furnas do Rio Grande (Dias, 1988).

Com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em 25 de abril de 1961, pela Lei nº 3.890-A, o panorama do setor de energia elétrica no país se alterou profundamente, além dos investimentos pesados feitos no setor, foram encampadas várias empresas, destacando-se a Amforp, em 1964. Dentro das estratégias da Eletrobrás para suprir a crescente demanda por energia elétrica, estava previsto aproveitar todos os recursos e o potencial nacional para gerar e distribuir eletricidade, a saber: água, petróleo e carvão, abandonando em definitivo a utilização da lenha como combustível. Em 1954, foi encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas o Plano Nacional de Ele-

trificação, concebido no governo Dutra, no bojo do Plano Salte. O Plano foi a base para a criação da Eletrobrás (Lima, 1995).

O outro movimento que caminhou paralelo à intervenção federal no setor elétrico foi a participação dos Estados na geração e na distribuição de energia. Desde o início do século XX, os Estados vinham atuando na construção de pequenas usinas. Porém, a atuação era muito circunscrita e não ameaçava as companhias privadas. Um dos Estados pioneiros foi o Rio Grande do Sul, quando, em 1943, criou a CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica) e, em 1945, elaborou o Plano de Eletrificação Estadual, o primeiro do país. Em 1947, entrou em operação a Usina Hidroelétrica do Passo do Inferno. Nos anos seguintes, foram construídas duas hidroelétricas e três termoeletricas. Outros Estados da federação brasileira também começaram a elaborar seus planos: Paraná em 1948, Minas Gerais em 1950, Santa Catarina em 1951, Espírito Santo em 1953 e São Paulo em 1956. A partir destes planos, foram criadas as comissões estaduais e as companhias estaduais de geração e distribuição de energia elétrica (Dias, 1988).

Já em 1943, o Plano de Eletrificação Estadual do Rio Grande do Sul previa "estabilizar e fortalecer a indústria carbonífera pelo aproveitamento do carvão pobre, junto às minas, na produção de energia" (Brasil, 1959). Em setembro de 1956, foi inaugurada a Usina Termoelétrica de São Jerônimo, com capacidade de gerar 10.000 kW. No mesmo ano, começou a ser construída a Usina de Charqueadas, com capacidade de 45.000 kW. Em 1959, a Usina de Candiota já funcionava com uma produção de 20.000 kW. Portanto, na segunda metade dos anos 50 do século passado, foram postas em funcionamento, no Rio Grande do Sul, três usinas termoeletricas movidas a carvão. No Paraná, em 1953, o governo estadual projetou a construção da Usina Termoelétrica de Figueira; mais tarde, por meio da Lei nº 3.226, de julho de 1957, a União entrou na sociedade, liberando recursos para as obras serem executadas. As da primeira etapa foram concluídas em 1963, gerando 20.000 kW (Brasil, 1954). As obras da Usina Termoelétrica da Capivari, em Santa Catarina, com 50.000 kW, se iniciaram em 1960 e a inauguração da primeira unidade ocorreu em setembro de 1965. Percebe-se que Santa Catarina, o maior produtor de carvão do país, entrou tardiamente na geração de energia com base no carvão mineral; em relação ao Rio Grande do Sul, foram 10 anos de diferença.

Portanto, devemos entender a constituição da SOTELCA (Sociedade Termoelétrica de Capivari SA.) dentro deste contexto nacional de expansão acelerada de geração e transmissão de energia elétrica e do

melhor aproveitamento do carvão nacional. Santa Catarina tinha como exemplo a seguir o Rio Grande do Sul, que, em seis anos, construiu e colocou em operação três usinas termoeletricas.

## **A defesa do carvão nacional e a evolução do complexo carbonífero catarinense**

O carvão catarinense ao mesmo tempo que era visto como solução também o era como problema. Por um lado, solução para produção de aço e energia; por outro, problema da baixa qualidade do minério e do pouco aproveitamento. Inicialmente, o carvão catarinense era utilizado apenas no transporte ferroviário e marítimo. Com a construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda), o carvão catarinense, o único coqueificável do país, passou a ser utilizado na produção de aço. Do carvão bruto retinham-se a porção metalúrgica — que era pouco aproveitada — e a porção vapor, além de ser desprezado o rejeito piritoso, que continha alto teor de enxofre. Para aproveitar o carvão catarinense na sua totalidade, seria necessário construir um complexo carbonífero em Santa Catarina, envolvendo uma termoeletrica, uma siderúrgica e uma indústria química para produzir ácido a partir do enxofre. A formação deste complexo sempre foi vista como a única solução para resolver o problema do carvão. Leis, projetos e, principalmente, discursos — quase todos com caráter nacionalista — exaltavam a formação do complexo carbonífero; afinal, o carvão era dado como a "pedra fundamental do progresso". Tal complexo teve a seguinte evolução:

---

De 1880 a 1945	mina-ferrovia-porto
De 1945 a 1965	mina-ferrovia-lavador-porto
De 1965 a 1979	mina-ferrovia-lavador-termoeletrica-porto
De 1979 a 1992	mina-ferrovia-lavador-termoeletrica-carboquimica-porto
Após 1992	mina-ferrovia-termoeletrica

---

Neste complexo, sempre faltou um elo para completar a cadeia produtiva: uma siderúrgica. O propósito de construí-la na região vem desde 1924, quando foi aprovada a Lei nº 4.801, no governo de Arthur Bernardes, que versava sobre o amparo e a exploração do carvão nacional destinado às siderúrgicas e previa a construção de três usinas siderúrgicas: uma no vale do Rio Doce, outra no vale do Rio Paraopeba e a terceira "nas proximidades da região carbonífera de Santa Catarina" (Lei nº 4.801/24).

Em 1942, teve início a construção da CSN, em Volta Redonda, e, em paralelo, a construção do Lavador de Capivari e da UTEC (Usina Termoelétrica de Capivari, com potência instalada de 15.000 kW), em Santa Catarina. A UTEC entrou em operação em 1943 e fornecia energia para o Lavador, ambos de propriedade da CSN. Para melhor aproveitar o carvão coqueificável e produzir aço, foi prevista, no Plano Nacional do Carvão — aprovado pela Lei n° 1.886, de junho de 1953, quando foi criada a CEPKAN (Comissão Executiva do Plano Nacional do Carvão), órgão ligado diretamente ao Presidente da República — a construção de uma siderúrgica em Santa Catarina. Em 1962, foi fundada a SIDESC (Siderúrgica de Santa Catarina S.A.), por meio da Lei n° 4.122, cujo objetivo era produzir aços perfilados médios ou leves para atender ao mercado da Região Sul. A SIDESC nunca saiu do papel e, em 1969, foi transformada na Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), que entrou em operação somente em 1979 e foi desativada em 1992, com a privatização da Petrofértil. A ICC tinha como objetivo produzir ácido sulfúrico extraído da piritita carbonosa. Em 1971, o governo estadual ressuscitou a idéia de construir uma siderúrgica na região carbonífera e lançou o projeto da Siderúrgica Sul Catarinense S.A. (SIDERSUL). Tal como a SIDESC, a SIDERSUL nunca saiu do papel e o projeto foi sepultado no início dos anos de 1980.

## **Discursos, leis e projetos que antecederam a criação da SOTELCA (1949-1957)**

Apesar de Santa Catarina entrar tardiamente na geração e na transmissão de energia elétrica derivada do carvão, é bom lembrar que, em 1943, entrou em operação a Usina Termoelétrica de Capivari, destinada a fornecer energia ao Lavador desta localidade. Portanto, o projeto de construir uma termoelétrica na região carbonífera não começaria do zero. Seriam observadas as experiências da UTEC e da CEEE, do Rio Grande do Sul.

Sobre o sistema de geração e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, nos anos 40 e 50 do século passado, Goularti Filho (2002) faz a seguinte afirmação:

"(...) antes da criação da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), em 1955, [Santa Catarina] não se diferenciava de muitos Estados brasileiros, ou seja, um sistema fragmentado sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multi-

nacionais. As primeiras iniciativas na geração e distribuição de energia em Santa Catarina foram sociedades de pequenos proprietários locais, que com recursos próprios construíram pequenas hidroelétricas" (p. 177).

A energia elétrica produzida pelas empresas privadas era insuficiente e estava sendo pressionada pelo vertiginoso aumento da demanda industrial. Estas condições objetivas justificavam as intervenções feitas pelo Estado na produção e na distribuição de energia. Segundo Lessa (1982), nos anos de 1950, a inércia empresarial e o aumento das demandas sociais obrigavam o Estado a assumir funções estratégicas para remover os nós de estrangulamentos que impediam o crescimento da indústria brasileira. Neste período, há uma verdadeira ampliação da atuação do Estado na economia, uma condensação das contradições e das demandas da sociedade e do mercado. É o Estado ampliando a sua ossatura material e politizando as relações econômicas (Poulantzas, 1990).

Podemos reconstituir o debate sobre a construção de uma usina termelétrica em Santa Catarina a partir da Segunda Mesa-Redonda da Batalha do Carvão, realizada no Rio de Janeiro, entre maio e junho de 1949\*. Apesar de a maior reivindicação dos mineradores junto ao governo federal ser o aumento das cotas e preços mais atrativos para o carvão, ao fundo sempre se ouvia uma voz destoante, propondo soluções de longo prazo, como a construção de uma siderúrgica, de uma indústria química e de pequenas usinas termelétricas. Na Reunião Ordinária de março de 1949, o engenheiro Bernardino Corrêa de Mattos Netto, após fazer um longo relato sobre o aproveitamento do carvão nos EUA para a geração de energia elétrica, apresenta a seguinte proposta, de longo prazo, para assegurar o mercado do carvão nacional:

"Instalação de usinas termelétricas de pequena potência espalhadas pelas regiões carboníferas, de maneira a incentivar a eletrificação rural; aproveitamento local da pirita do carvão transformando-a em enxofre" (Netto, 1950, p. 132).

\* A Primeira Mesa ocorreu em fevereiro de 1947. A Mesa-Redonda intitulada Batalha do Carvão foi uma série de reuniões ocorridas no Rio de Janeiro, organizada por mineradores e governo federal. Como resultado destes encontros, foram criados o Plano Nacional do Carvão e a CEPCAN, em 1953.

Na Sessão Extraordinária de junho de 1949, o Coronel Oswaldo Pinto da Veiga apresenta as seguintes recomendações:

"As cidades do sul do Estado de Santa Catarina e até mesmo a capital do Estado vêm sofrendo grandemente com a deficiência ou quase ausência de energia elétrica o que vem dificultando sobremodo o desenvolvimento de seus parques industriais. Já existe entendimento entre o governo do Estado e a CSN no sentido da construção de linha de transmissão ligando Capivari às cidades de Laguna, Imbituba, São José, Palhoça e Florianópolis" (Veiga, 1950, p. 217).

Concluindo a fala, Veiga apresenta a seguinte proposta:

"Deste modo, poderíamos ver sem prejuízo das instalações já existentes, a criação natural de pequenas usinas próximas às minerações o que constituiria melhor aproveitamento do carvão de baixa caloria" (*ibid.*).

Ainda não estava claramente definido nem para os mineradores e nem para o governo que era necessário construir uma grande central termoelétrica em Santa Catarina. As propostas limitavam-se apenas à construção de pequenas usinas, próximas às bocas de minas.

Os anos de 1880 a 1945, em Santa Catarina, caracterizam-se pela origem e pelo crescimento do capital industrial. Neste período, predominava o padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil e na extração de erva-mate, madeira e carvão e nas indústrias têxtil e alimentar. Os anos de 1945 a 1962 foram marcados pela diversificação e pela ampliação da base produtiva. Nesta fase, houve uma ampliação quantitativa dos setores consolidados e um alargamento da divisão social do trabalho, com uma diversificação produtiva para ramos mais dinâmicos, como papel e pasta mecânica, metal-mecânico e cerâmico. Esta é uma fase transitória, em que ainda perduram elementos do antigo e do novo padrão de crescimento, baseado este no médio e no grande capital industrial. O crescimento acelerado da velha e da nova indústria catarinense começou a ser limitado pelas deficiências na infra-estrutura social básica e pela falta de recursos financeiros. Santa Catarina apresentava uma base industrial "quase implantada". As condições materiais exigiam novas formas superiores de organização capitalista, organizadas a partir do Estado para liberar as forças produtivas que entravavam o processo de acumulação (Goularti Filho, 2002). A ne-

cessidade concreta de construir uma usina termoelétrica foi uma exigência do capital. Para os mineradores bastava apenas manter uma política de preço atrativo; para os industriais do setor não-carbonífero, pouco importava o preço do carvão, o de que necessitavam para manter a acumulação era energia elétrica.

A solução para o carvão nacional veio com a aprovação da Lei nº 1.886, de junho de 1953, que instituiu o Plano Nacional do Carvão e criou a CEPCAN. O parágrafo único do Artigo 1º dizia o seguinte:

"O Plano Nacional do Carvão será completado, entre outras medidas, por outro de construção e equipamento de usinas termoelétricas, utilizando carvão nacional nos Estados onde se situam as jazidas desse combustível e junto às regiões de grande densidade de uso de energia elétrica com duplo objetivo de possibilitar melhor aproveitamento das fontes de energia hidráulica e de atender à eletrificação progressiva das vias férreas nacionais" (Lei nº 1.886/53).

No Anexo nº 1 da referida Lei, encontrava-se a seguinte especificação orçamentária: "Instalação de uma central termoelétrica na região carvoeira do Paraná e outra em Santa Catarina, destinadas ao aproveitamento do carvão tipo não exportável, antieconômico ou residual". Da Mensagem Presidencial de Getúlio Vargas, em 1954, constava que a solução para o carvão catarinense não coqueificável era "a construção de uma grande central termoelétrica prevista no Plano Nacional de Eletrificação e a eventual fabricação de produtos químicos derivados do carvão". O Plano Nacional de Eletrificação, elaborado em 1954, defendia a utilização do carvão-vapor numa termoelétrica a ser construída, com capacidade para gerar 200.000 kW, e uma linha de transmissão até São Paulo, que seria interligada às usinas hidroelétricas de Rio Negro e Ribeira, numa extensão total de 700 km (CEPCAN, 1958). Na Exposição de Motivos nº 6/56, encaminhada pelo Coronel Oswaldo Pinto da Veiga, Diretor-executivo da CEPCAN ao Presidente Juscelino Kubitschek, havia a seguinte defesa:

"Os governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, numa demonstração eloqüente de como encaram o problema da instalação de energia elétrica nos seus Estados (...) solicitam a esta Comissão que estudasse a possibilidade de um auxílio, com as dotações previstas na Lei nº 1.886, para que aqueles Estados pudessem ver realizada a idéia da construção de usinas termoelétricas. (...) Para Santa Catarina

ou tendemos para a construção de grandes usinas elétricas à base de carvão ou não veremos realizado o Plano do Carvão naquele Estado" (Veiga, 1958, pp. 11-14).

No Parecer do engenheiro Augusto Baptista Pereira, escrito para a Exposição do Governador Jorge Lacerda, em que justificava a construção de uma termoelétrica de 50.000 kW em Santa Catarina, não há apenas a defesa da construção da usina, mas também o "aproveitamento do enxofre residual e a construção de uma siderúrgica nas proximidades da região carbonífera daquele Estado, sem o que será a mesma sempre débil e de difícil emancipação" (Pereira, 1958, pp. 20-21). Segundo o Parecer, esta usina, conforme previa o Plano Nacional de Eletrificação, deveria ser integrada ao sistema paulista:

"Seu entrosamento com o chamado 'Sistema das Grandes Centrais Elétricas' é uma imposição. São Paulo necessita hoje da energia que será gerada em Santa Catarina à boca das minas, e Santa Catarina necessitará no futuro dos excedentes das usinas hidroelétricas paulistas, sem o que um custo de quilowatt-hora mínimo jamais será alcançado" (*Ibid.*).

Uma das recomendações sugeridas ao governo catarinense pelo engenheiro Pereira era de constituir uma "sociedade de economia mista, com ampla elasticidade estatutária, da qual possa participar a União Federal" (p. 23). O Secretário de Estado Victor Antônio Peluso Júnior clamava à CEPCAN para que fosse construída a termoelétrica, pois, sem ela, todas as usinas hidroelétricas previstas para serem construídas no POE (Plano de Obras e Equipamentos) do governo Lacerda teriam "pouca utilidade" e não seriam "capazes de solucionar a crise de energia que se anuncia na região de maior produção industrial do Estado" (p. 24).

Na Exposição de Motivos n° 9/56, o General Oswaldo Pinto da Veiga, a pedido do Governador Lacerda e dos mineradores, solicitava ao Presidente Juscelino que a futura usina termoelétrica, que deveria ser construída em Santa Catarina, fosse de 100.000 kW e não mais de 50.000 kW:

" (...) o consumo de carvão em uma central de 50.000 kW não é desprezível, porém não é ainda o que a indústria carvoeira está solicitando. Na situação atual de consumo de carvão metalúrgico, um mínimo de 250.000 toneladas anual de carvão de vapor precisam ser

aplicadas e tal quantidade corresponde aproximadamente às necessidades de uma usina de 100.000 kW" (Veiga, 1958, p. 26).

No Plano de Metas do governo JK, no item "A Meta do Carvão Mineral", não estava prevista a construção de uma termoelétrica em Santa Catarina, somente no final do Plano é que se previu a construção de uma siderúrgica, a SIDESC. Porém, o Plano reconhecia que era necessário ser consumida a fração do carvão-vapor em usinas termoelétricas:

"É indispensável conseguir mercado estável para a outra fração, destinada à produção de vapor. Este mercado se acha no aumento do consumo de carvão nacional em usinas termoelétricas" (Plano de Metas, 1961, p. 145).

A Mensagem Presidencial de março de 1956 apontava para a necessidade de aproveitar o carvão catarinense na geração de energia, mas destacava que não existia "mercado imediato para grandes quantidades de energia na região carbonífera de Santa Catarina" (Mensagem, 1956, p. 328). A solução seria transmitir a energia para os grandes centros ou estabelecer indústrias na zona carbonífera. Porém, em agosto de 1956, foi enviada uma Mensagem ao Congresso Nacional, para ser submetida àquela casa a apreciação do projeto de lei que autorizava a União a constituir a Sociedade Termoelétrica de Capivari, com potência inicial instalada de 100.000 kW. Segundo a Mensagem, o capital da empresa seria de 430 milhões de cruzeiros e a subscrição era assim distribuída:

Governo Estadual	160 milhões (37,2%)
União	130 milhões (30,2%)
CSN	120 milhões (27,9%)
Mineradores particulares	20 milhões (4,6%)

Fonte: CEPKAN, 1958.

A subscrição da União não iria acarretar encargos para o Tesouro, pois seriam utilizados recursos já concedidos à CEPKAN. O custo total da obra era de 790 milhões de cruzeiros e seria construída num prazo de 40 meses. Dada toda a movimentação feita no ano de 1956 pelos mineradores e pelo governo catarinense, em defesa da construção de uma termoelétrica no sul do Estado, pela CEPKAN, na Mensagem Presidencial de 15 de março de 1957, já havia uma defesa do projeto SOTELCA:

"É ponto pacífico, entre os especialistas, que não há conveniência era beneficiar o carvão bruto, sem que haja, na zona de produção, centrais termoelétricas para utilização de produtos secundários. Assume, em consequência, especial relevo, o projeto, ora em elaboração, de uma central termoelétrica de 100.000 kW, que será construída em Santa Catarina com a participação dos Governos da União e do Estado, da Cia. Siderúrgica Nacional e de entidades privadas, conforme projeto de lei já em tramitação no Congresso. Essa usina é de capital importância, pois eliminará a crise de energia que se verifica naquele Estado e dará consumo ao carvão-vapor intermediário, possibilitando a produção do carvão metalúrgico reclamado pela indústria siderúrgica do país" (p. 164).

Para justificar a construção da usina de 100.000 kW e não de 50.000 kW, a CEPKAN contratou a firma italiana Società Edison, que entregou o projeto final no dia 19 de março, recomendando a potência de 100.000 kW. O Estado condensou os interesses dos mineradores com a Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizava a União a constituir uma sociedade por ações, denominada Sociedade Termoelétrica de Capivari (SOTELCA) e aprovava o seu Estatuto. No mesmo dia, Veiga deu uma entrevista para "A Voz do Brasil", exaltando a iniciativa do governo federal em apoiar a construção da SOTELCA. Numa solenidade no Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis, no dia 29 de junho de 1957, foi feita a subscrição das ações da sociedade. No dia 1º de julho deste ano, foi realizada, em Tubarão, a sessão solene de assinatura da escritura de sua constituição. No dia seguinte, foi editado o Decreto nº 41.748, que aprovava os atos constitutivos da SOTELCA (CEPCAN, 1958). Quatro meses após a aprovação da lei que a criou, foi promulgada a Lei nº 3.226, que aprovava a constituição da Usina Termoelétrica de Figueira S.A., no Paraná.

## **Da constituição da SOTELCA à incorporação pela Eletrosul (1957-1971)**

Depois de empossada a primeira diretoria da SOTELCA, que tinha como presidente o engenheiro José Corrêa Hülse, iniciou-se a contratação das empreiteiras para começarem as obras civis e hidráulicas. A Società Edison, firma italiana de Milão, ficou responsável pelo anteprojeto que abriria a concorrência para a compra dos equipamentos, além de elaborar o projeto de execução das obras e da fiscalização dos

equipamentos importados. O Consórcio MAN, da Alemanha, e BBC, da Suíça, forneceram os equipamentos. A CEBOC (Companhia de Estudos e Execução de Obras) realizou as obras civis e hidráulicas da usina e das subestações. O Consórcio SADE-TECHINT (Sul Americana de Eletrificação S.A.) construiu a linha de transmissão, ligando Capivari-Florianópolis-Ilhota. Os equipamentos importados contavam com aval do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico): 20% eram financiados pelo banco alemão Deutsche e pelo banco suíço Societé de Banque Suisse. O levantamento topográfico e os serviços de sondagem do subsolo ficaram a cargo da Empresa de Geologia e Sondagens (SOTELCA, Relatório de Atividades, 04/05/1961). Numa carta enviada pela sociedade ao BNDE, em 20 de novembro de 1958, a previsão do custo total da obra era de Cr\$ 1.620.000.000,00, discriminados da seguinte forma:

Linha de Transmissão Capivari-Joinville	Cr\$ 147.000.000,00
Subestações	Cr\$ 128.000.000,00
Central Geradora	
Obras civis e despesas	Cr\$ 384.000.000,00
Equipamentos importados à taxa de Cr\$ 80/US\$	Cr\$ 744.000.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>Cr\$ 1.403.000.000,00</b>
Incorporação da usina da CSN	Cr\$ 217.000.000,00
<b>Total</b>	<b>Cr\$ 1.620.000.000,00</b>

Fonte: SOTELCA, Relatório de Atividades, 04/05/1961.

Em maio de 1959, a previsão total da obra já se tinha elevado para dois bilhões de cruzeiros e, em outubro de 1961, para 10,5 bilhões. Em novembro de 1960, o governo da União destinou à SOTELCA, do Fundo Federal de Eletrificação, 600 milhões de cruzeiros, sendo que apenas 230 foram liberados imediatamente. Na Assembléia de outubro de 1961, o capital da sociedade foi aumentado da seguinte forma: BNDE — 600 milhões de cruzeiros, do Fundo Federal de Eletrificação; BNDE — 1.779 milhões de cruzeiros para serem repassados à CEPCAN; e 208 mil de particulares (destacando-se duas carboníferas, a Metropolitana e a Criciúma) (SOTELCA, Relatório de Atividades, 31/12/1961).

Inicialmente, foi projetada uma linha de transmissão, ligando Capivari-Florianópolis-Ilhota-Joinville, cujo objetivo era atender às maiores demandas do Estado; afinal, em Joinville e Blumenau concentrava-se o maior parque industrial (têxtil-vestuário e metal-mecânico) do Estado. Na Mesa-Redonda de 1949, uma das recomendações do Coronel Pinto da Veiga foi construir "uma linha de transmissão ligando Capivari

a Florianópolis" (Veiga, 1950, p. 217), já que em Capivari ficava a usina termoeétrica da CSN. A previsão para construir a linha de transmissão da SOTELCA era a seguinte:

1ª Etapa

I - Florianópolis: 12.500 kW

II - Ilhota: 12.500 kW

2ª Etapa

I - Florianópolis: 12.500 kW

II - Ilhota: 12.500 kW

III - Joinville: 25.000 kW

IV - Curitiba: 60.000 kW

Fonte: SOTELCA, Relatório de Atividades, 04/05/1961.

Era previsto entrarem em funcionamento, até 1965, quatro turbinas com potência instalada de 200.000 kW, obedecendo à seguinte escala de inaugurações:

1962: 50.000 kW

1963: 50.000 kW

1964: 50.000 kW

1965: 50.000 kW

Fonte: SOTELCA, Relatório de Atividades, 04/05/1961.

O complexo SOTELCA seria composto por três unidades: a Central Geradora, em Capivari; uma Linha de Transmissão de 360 km, ligando Capivari a Joinville; e quatro subestações, localizadas em Capivari, Florianópolis, Ilhota e Joinville. Somente após uma reunião, em março de 1961, realizada em Florianópolis, entre o Governador Celso Ramos e o Presidente Jânio Quadros, ficou acertado que seria feita uma linha de transmissão ligando Capivari a Lages (SOTELCA, Relatório de Atividades, 04/05/1961). A intenção era atender aos reclames dos empresários do planalto serrano, já que a indústria madeireira estava em franca expansão. Além disto, a origem da oligarquia Ramos era Lages. No governo Lacerda-Hülse não houve nenhum esforço para levar energia até o planalto serrano, ao contrário dos governos Celso Ramos e Ivo Silveira.

Em março de 1962, ficou pronta a subestação elevadora de Capivari, a baixadora de Florianópolis e a linha Capivari-Florianópolis; em dezembro do mesmo ano, a subestação baixadora de Ilhota e a linha Florianópolis-Ilhota (SOTELCA, Relatório de Atividades, 31/12/1962). A previsão para entrar em operação a primeira unidade de 50.000 kW em 1962 foi prorrogada para 1963. A unidade I da Usina Termoeétrica Jorge Lacerda, com potência instalada de 50.000 kW, foi definitivamente inaugurada somente no dia 03 de julho de 1965. A segunda unidade, com mais 50.000 kW, entrou em operação em março de 1966. Em de-

zembro de 1965, foi aprovada a Lei nº 4.908, que alterou a composição acionária da SOTELCA, tornando obrigatória a participação da União em 51% no capital total da empresa. A composição ficou sendo a seguinte:

Governo da União: 51,0%	CELESC: 1,2%
Eletrobrás: 33,5%	CSN: 0,9%
CEPCAN: 13,3%	Mineradores particulares: 0,1%

Fonte: SOTELCA, Relatório de Atividades, 1967.

Portanto, da primeira composição acionária, aprovada em 1956, a União passou de 30,2% para 51,0%, a CSN caiu de 27,9% para 0,9%, o governo estadual de 37,2% para 1,2% e os particulares de 4,6% para 0,1%. Em 1968, houve outra alteração no capital da empresa e a SOTELCA tornou-se uma subsidiária da Eletrobrás, mudando a composição acionária:

Eletrobrás: 81,0%	CELESC: 1,1%
CEPCAN: 12,6%	CSN: 0,8%
USIMINAS: 4,3%	Mineradores particulares: 0,2%

Fonte: Carvão de Pedra, 1971.

Em 1966, a geração de energia em Santa Catarina era de 490 MW, distribuídos da seguinte forma:

Geração total no Estado	490.930.103 kW (100%)
Geração da SOTELCA	137.240.000 kW (28%)
Geração da CELESC	274.589.478 kW (56%)
Geração da CSN	79.100.625 kW (16%)

Fonte: SOTELCA, Relatório de Atividades, 1966.

Com relação às hidroelétricas construídas pela CELESC, nos anos 60 entraram em funcionamento as seguintes unidades: a Usina Hidroelétrica Celso Ramos, em Faxinaí dos Guedes, oeste do Estado, com potência instalada de 5.400 kW; a Usina Hidroelétrica Pery, em Curitibaanos, planalto serrano, com 4.840 kW; a Usina Hidroelétrica Palmeiras, em Rio dos Cedros, no Vale do Itajaí, com 17.600 kW; a Usina Garcia, em Angelina, Grande Florianópolis, com 9.600 kW; e a Usina Hidroelétrica Ivo Silveira, sendo ampliada a Usina Rio do Peixe, em Videira (Goularti Filho, 2002).

O Decreto nº 62.113, de 1969, autorizou a SOTELCA a construir mais duas unidades geradoras, com 66.000 kW cada. Os equipamentos

foram fornecidos pela firma italiana GIE, as turbinas eram da GE e as obras civis foram feitas pela Hoffman & Bosworth. O projeto foi financiado pela CEPKAN e pela Eletrobrás.

Juntamente com a inauguração da unidade I, entrou em operação a linha de transmissão, ligando Capivari a Joinville com as quatro subestações, além do subsistema ligando Capivari a Lages, que, em seguida, foi expandido para Joaçaba. Em 1967, foi inaugurado o trecho Joinville-Mafra-Porto União. Também no ano de 1967, foi concluída a linha entre Joinville e Curitiba (subestação Campo Comprido), ligando o sistema SOTELCA ao da CFLP (Companhia Força e Luz do Paraná), que é estendida até a Usina Termoelétrica de Figueira, chegando a Xavante, do sistema CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) (SOTELCA, 1967). A linha de transmissão completa, ligando Santa Catarina a São Paulo, era: Capivari-Florianópolis-Ilhota-Joinville-Curitiba-Figueira-Xavante.

Em 1970, foi concluída a linha Capivari-Farroupilha, com uma extensão de 253 km, passando pela nova subestação construída em Siderópolis, ligada ao sistema CEEE, do Rio Grande do Sul, atendendo às áreas de Caxias do Sul e Passo Fundo. O subsistema de transmissão também chegou até São Miguel do Oeste, passando por Xanxerê (SOTELCA, Relatório de Atividades, 1970).

## **Da incorporação pela Eletrosul à privatização (1971-1997)**

Com a criação do MME (Ministério de Minas e Energia), em julho de 1960, e da Eletrobrás, em abril de 1961, o panorama patrimonial do sistema de geração e transmissão de energia no país foi mudando rapidamente. O Estado passou a incorporar as empresas que não atendiam à demanda ou que não tinham condições de fazer novos investimentos. Também passou a fazer parte da Eletrobrás o sistema estatal de energia, como Furnas e CHESF. A idéia de formar uma grande empresa estatal para os três Estados do Sul ganhava espaço, principalmente após estudos contratados pelo MME para avaliar as condições de geração e o potencial energético nas regiões Sudeste e Sul. Em 23 de dezembro de 1968, foi constituída a Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.). O sistema nacional ficou completo em 1972, com a criação da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.). Finalmente, a ossatura material do Estado, no setor elétrico, está completa com a formação de um sistema nacional de geração e transmissão de energia unificado e comandado pelo Estado-Nação: CHESF no Nordeste, Furnas no Sudeste e parte do Centro-Oeste, Eletronorte no Norte

e parte do Centro-Oeste e Eletrosul no Sul, além da Light, no Rio de Janeiro (definitivamente encampada em 1979) e da ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.) no Espírito Santo.

As concessões e as incorporações feitas pela Eletrosul foram todas realizadas basicamente nos primeiros cinco anos da empresa. Em 1969, a Eletrosul recebeu a concessão da Usina Hidroelétrica de Passo Fundo e, em 1970, a da Usina Hidroelétrica Salto Osório. As incorporações se iniciaram com a Termoelétrica Charqueadas, em setembro de 1970, a Termoelétrica de Alegrete, em maio de 1971, e a SOLTECA, em setembro de 1971 (Eletrosul, Relatórios da Diretoria, 1971-1975). Com a incorporação da SOTELCA pela Eletrosul há uma mudança significativa na condução dos projetos e na execução das obras da usina. Devido à disponibilidade de liquidez do Estado e ao crescimento acelerado do "Milagre Econômico", os recursos passam a ser liberados com mais facilidade.

No segundo semestre de 1971, iniciaram-se as obras das unidades III e IV, ambas com capacidade para gerar 66.000 kW cada, e, em 1972, foi elaborado projeto, prevendo a construção de duas novas unidades, com capacidade para gerar 125.000 kW cada. Em junho de 1973, entrou em operação a unidade III (66.000 kW) e, em março de 1974, a unidade IV (66.000 kW). As unidades I, II, III e IV formam a Jorge Lacerda A. As usinas das unidades V e VI, projetadas em 1972, foram montadas pela Skoda, uma firma tcheca (Eletrosul, Relatório da Diretoria, 1972). As unidades V e VI somariam 250.000 kW e foram inauguradas, respectivamente, em 1979 e 1980, formando a Jorge Lacerda B. Quando entrou em funcionamento, também começou a operar a linha de transmissão entre Capivari-Blumenau-Joinville-Curitiba, com 355 km, e uma subestação baixadora em Blumenau (Eletrosul, Relatórios da Diretoria, 1974-1980). Portanto, entre 1970 e 1980, foram construídas e entraram em operação quatro unidades geradoras, somando 382.000 kW (Jorge Lacerda A e B somavam 482.000 kW), duas subestações (Siderópolis e Blumenau) e duas linhas de transmissão, ligando Capivari a Farroupilha e a Blumenau, que seguia para Joinville-Curitiba.

Nos anos de 1980, foi projetada e iniciada a construção de uma nova unidade, a sétima do complexo, com capacidade para gerar 350.000 kW. Em 1980, foi assinada uma declaração de entendimentos técnicos e comerciais com a Skoda Export (Tchecoslováquia), AMN Ansaldo (Itália) e Deutsche Babcock (Alemanha), para a construção de uma nova usina com capacidade para gerar 350.000 kW. Também fazia parte do projeto uma série de empresas nacionais, que forneceriam equipamentos. Ao todo, estava prevista a construção de 10

usinas termoeletricas na Região Sul. Segundo o Relatório da Diretoria da Eletrosul de 1981:

"Seguindo definição do governo brasileiro foi estabelecido um programa de expansão termoeletrica a carvão visando complementar a produção de energia elétrica e, ao mesmo tempo, processar a substituição do óleo combustível pelo carvão mineral. Das cinco usinas definidas para instalação em Santa Catarina, quatro acham-se em estudo pela Eletrosul e uma será adicionada ao complexo Jorge Lacerda" (p. 12).

A expansão dos investimentos em energia à base de carvão fazia parte das estratégias do governo federal pós-1973 de substituir derivados de petróleo. A previsão para entrar em operação a unidade VII, a Jorge Lacerda C, era 1988, com um investimento da ordem total de US\$ 517 milhões. Em função da falta de recursos e da desaceleração que a economia nacional enfrentou de 1981 a 1983, as obras de excussão se iniciaram somente em 1985, comprometendo o prazo de entrega, que foi estendido para 1990. Nos dados abaixo, podemos acompanhar a evolução das obras civis da Jorge Lacerda C:

1986:26%	1990:68%
1987:49%	1991:69%
1988: 63%	1992:83%
1989: 68%	

---

Fonte: Eletrosul, Relatórios da Diretoria, 1986-1992.

O ritmo de excussão das obras se manteve acelerado até o ano de 1988, quando os cortes orçamentários afetaram todos os investimentos do Estado. As políticas neoliberais dos anos de 1990 atingiram a Jorge Lacerda em duas frentes: 1) atraso na entrega da unidade VII, e 2) privatização. A cada ano que passava, eram feitos novos cortes e o prazo de entrega era prorrogado. A Usina Jorge Lacerda-C, com capacidade para gerar 350.000 kW, foi finalmente inaugurada em 1997; no ano seguinte, o sistema de geração de energia da Eletrosul foi privatizado. Com a conclusão da unidade VII, o complexo Jorge Lacerda passou a ter uma potência instalada de 857.000 kW, distribuídos da seguinte forma:

Jorge Lacerda A	232.000 kW (composta pelas unidades I, II, III e IV)
Jorge Lacerda B	267.000 kW (composta pelas unidades V e VI)
Jorge Lacerda C	363.000 kW (composta pela unidade VII)

A Jorge Lacerda é a maior usina termoeétrica movida a carvão da América Latina. Além dela, estão em operação as seguintes usinas termoeétricas movidas a carvão, no Sul do país: UTE de Figueira (20.000 kW, de propriedade da Companhia Paranaense de Energia/COPEL), UTE de São Jerônimo (20.000 kW, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica/CGTEE — Eletrobrás), UTE Presidente Médici - Candiota II (446.000 kW, de propriedade da CGTEE) e UTE de Charqueadas (72.000 kW, de propriedade da Tractebel). Em 1995, a potência instalada no Brasil era de 55.512.000 kW, sendo que 91,3% eram produzidos por usinas hidroelétricas e apenas 8,7% por termoeétricas. As termoeétricas movidas a carvão representam somente 2,55% da potência instalada no país, e a Jorge Lacerda, mesmo sendo a maior da América Latina, representa 1,54%.

Dentro do Programa Nacional de Desestatização, o setor elétrico brasileiro aos poucos foi sendo desestruturado. Foram vendidas a Light e a ESCELSA, além das inúmeras centrais de distribuição estaduais. Até o ano de 2000, foram privatizadas 22 empresas do setor elétrico. O que marcou e alterou profundamente o panorama no setor foi a presença do capital externo, que, ao todo, adquiriu 49,06% das empresas privatizadas, que correspondiam a US\$ 10.501,2 milhões (Berzin, 2002). A Eletrosul foi incluída no Plano Nacional de Desestatização em maio de 1995, dentro do Decreto nº 1.481. Para a Eletrosul, foi montada uma estratégia diferente, primeiro, em 23/12/1997, a empresa foi dividida em duas: a Eletrosul, responsável pela transmissão, e a Gerasul, responsável pela geração (Gerasul, 1997). Em seguida, em 15/09/1998 a Gerasul foi vendida para a Tractebel, empresa do Grupo Suez, de origem belga, por US\$ 800,4 milhões (Berzin, 2002).

Com a privatização, foram vendidas as usinas hidroelétricas de Salto Osório, Salto Santiago, Ita, Machadinho e Passo Fundo; as termoeétricas de Alegrete, Charqueadas e Jorge Lacerda, para o grupo belga Suez. A UTE de Jacuí (350.000 kW), no Rio Grande do Sul, também foi adquirida pela Tractebel, que retomou as obras paralisadas há mais de 10 anos. A Eletrosul ficou apenas com as linhas de transmissão e as subestações.

A Suez atua nos setores elétricos e de saneamento em 120 países, empregando 190 mil trabalhadores, sendo que, no Brasil, há em torno de 14 mil. A Suez está dividida em três empresas: a Tractebel, um dos maiores geradores privados de energia do mundo, a Ondeo, a maior empresa de saneamento e abastecimento de água do mundo e a Sita, empresa que lidera os serviços de tratamento de resíduos industriais

na Europa, na América Latina e na Ásia. No Brasil, a Tractebel é a maior geradora privada, atuando em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Mato Grosso do Sul e em Goiás, operando com 12 usinas e uma potência instalada de 5.545.000 kW, que correspondem a 7,0% da capacidade instalada do país.

## Reflexões finais

Antes da privatização, a Jorge Lacerda era o maior empreendimento estatal em Santa Catarina e um dos pilares da economia de Tubarão e região. Além da Jorge Lacerda, também se localizavam em Tubarão o Lavador de Capivari, a Usina Termoelétrica de Capivari, da CSN, o escritório central da EFDTC (Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina) e um entreposto de beneficiamento de fumo da Souza Cruz. Estes quatro empreendimentos estatais e a Souza Cruz constituíram-se na base econômica e nos maiores indutores da renda em Tubarão, até recentemente. O fechamento do Lavador de Capivari e da Souza Cruz, a privatização da EFDTC e a redução dos investimentos para a construção da unidade VII fizeram Tubarão mergulhar numa estagnação econômica nos anos de 1990. Segundo Goularti Filho (2002):

"O baixo desempenho dos pequenos proprietários locais e a forte dependência dos empreendimentos estatais não permitiram que o capital mercantil metamorfoseasse para o industrial, engendrando uma nova dinâmica regional. Mesmo sendo sede da oficina da EFDTC, as pequenas ferrarias e funilarias que prestavam algum tipo de serviço, não se tornaram empresas de porte considerável para formar um pequeno parque metal-mecânico na cidade. Nem mesmo as empreiteiras contratadas pela ELETROSUL não tinham sede em Tubarão" (p. 389).

Além dos empreendimentos estatais, destacam-se também em Tubarão a indústria do vestuário e a de cerâmica, que são frutos da expansão industrial de Criciúma. Após o fechamento do Lavador, a redução do número de trabalhadores da EFDTC e a queda do ritmo de construção da unidade VII da Jorge Lacerda, muitos ex-funcionários destas empresas migraram para a indústria do vestuário, como trabalhadores ou microempresários. Muitas das pequenas confecções foram montadas a partir da retirada do FGTS dos trabalhadores dos empreendimentos estatais desativados. Na tabela abaixo, podemos acompanhar a evolução

do número de trabalhadores nas principais atividades econômicas de Tubarão. A indústria cerâmica está pautada basicamente em duas empresas, a Itagres e Incocesa/Cecrisa.

Número de trabalhadores nas principais atividades econômicas em Tubarão (1965-2000)

Ano	EFDTC	Lavador de Capivari	Indústria do vestuário	Termoelétrica Jorge Lacerda	Indústria cerâmica
1965	1.118	390	25	400	
1970	1.189	495	50	454	-
1975	833	360	70	750	80
1980	970	420	180	800	1.230
1985	856	460	370	850	1.200
1990	744	420	500	900	1.200
1995	343	0	2.200	650	1.080
2000	208	0	2.000	320	750

Fonte: Goularti Filho, 2002, p. 390.

Com o desmonte parcial do complexo carbonífero pós-1990, toda a Região Sul foi penalizada. Em Criciúma, foram fechadas a Companhia Próspera e a unidade da ICC; em Siderópolis, a CSN parou por completo suas atividades em Tubarão, o Lavador de Capivari foi desativado e reduzido o ritmo das obras da unidade VII; em Imbituba, a ICC foi fechada e o Porto praticamente entrou em desuso. Para a cidade de Tubarão e Capivari de Baixo (município desmembrado de Tubarão, em 1992, onde atualmente está localizada a Jorge Lacerda), o impacto da crise de 1990-1991, com o desmonte parcial dos empreendimentos estatais nas duas cidades, foi maior do que a privatização da Jorge Lacerda em 1998. Com a privatização não houve demissão em massa ou fechamento de unidades produtivas. A Eletrosul ainda continua atuando em Capivari de Baixo com as duas subestações.

Na Jorge Lacerda, residem elementos da totalidade da dinâmica da economia brasileira das últimas cinco décadas. O nacionalismo dos anos 50 estava presente na defesa e no melhor aproveitamento do carvão nacional. O estrangulamento na oferta de insumos para atender ao rápido crescimento da indústria obrigou o Estado a constituir uma empresa estatal de geração e transmissão de energia, algo louvável nos anos 50 e 60 do século passado. A estratégia dos militares de proteger o carvão nacional, que era considerado de segurança nacional, e o crescimento industrial do "Milagre Econômico" fizeram ampliar os investimentos da Jorge Lacerda. O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo Geisel deu preferência aos equipamentos nacionais e ampliou o consumo de carvão, com intuito de substituir os deriva-

dos do petróleo. Os anos de 1980 começaram mantendo o ritmo do planejamento centralizado dos militares e as estratégias de longo prazo, que se cristalizaram no megaprojeto de construir cinco usinas termoelétricas em Santa Catarina. A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, causada pelo endividamento externo, que se desdobrava no interno, engessou o Estado-Nação para formular e executar planos de longo prazo. A quebra do padrão de financiamento do crescimento doméstico arrastou a economia brasileira para um longo período recessivo nos anos de 1980 e 1990, o que, na verdade, se estende até o momento. O desmonte parcial do Estado dos anos de 1990 fez com que a conclusão da unidade VII fosse atrasada em 9 anos. A venda das unidades geradoras da Eletrosul para a Tractebel é um exemplo do neoliberalismo no setor elétrico brasileiro.

## Referências bibliográficas

### *Mensagens, Exposições de Motivos e Atas*

Brasil. *Mensagem do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília, 1954.

Brasil. *Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília, 1956.

Brasil. *Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek*, submetendo a exame e deliberação do Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza a União a constituir a SOTELCA (29/08/1956). CEPSCAN. Energia elétrica com base na energia do carvão nacional. Brasília, 1958.

Brasil. *Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília, 1957.

Brasil. *Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília, 1959.

Netto, Bernardino Corrêa de Mattos. Carvão brasileiro — Ata da 504ª reunião ordinária de 03/06/1949. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A batalha do carvão: subsídio para a história da indústria carvoeira no Brasil*. Rio de Janeiro, 1950.

Pereira, Augusto Baptista. Relato da exposição do Governador do Estado de Santa Catarina. CEPSCAN. *Energia elétrica com base na energia do carvão nacional*. Brasília, 1958.

Veiga, Oswaldo Pinto da. Recomendações - Ata da 10ª Sessão extraordinária de 23/06/1949. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A batalha do carvão: subsídio para a história da indústria carvoeira no Brasil*. Rio de Janeiro, 1950.

Veiga, Oswaldo Pinto da. Exposição de motivos nº 6/56. CEPSCAN. *Energia elétrica com base na energia do carvão nacional*. Brasília, 1958.

Veiga, Oswaldo Pinto da. Exposição de motivos nº 9/56. CEPSCAN. *Energia elétrica com base na energia do carvão nacional*. Brasília, 1958.

## *Leis e Planos*

Lei nº 4.801, de 09 de janeiro de 1924. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais*. Rio de Janeiro, 1961.

Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais*. Rio de Janeiro, 1961.

Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais*. Rio de Janeiro, 1961.

Lei nº 3.226, de 27 de julho de 1957. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais*. Rio de Janeiro, 1961.

Plano de Metas. A meta do carvão nacional. Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Carvão. *A legislação do carvão nacional: programa e planos governamentais*. Rio de Janeiro, 1961.

## *Relatórios e Revistas*

Carvão de Pedra. *A SOTELCA foi construída para consumir a fração de carvão-vapor resultante do beneficiamento do carvão metalúrgico*. Florianópolis, novembro-dezembro/1970 — janeiro/1971.

Eletrosul. *Usina Termoelétrica Jorge Lacerda*. Florianópolis, 1975.

Eletrosul. *O futuro no ano 10*. Florianópolis, 1978.

Eletrosul. *Usina Termoelétrica Jorge Lacerda*. Florianópolis, 1982.

Eletrosul. *Usina Termoelétrica Jorge Lacerda*. Florianópolis, 1989.

Eletrosul. *Relatórios da diretoria*. Florianópolis, 1971-1999.

Eletrosul. *25 anos de história*. Florianópolis, 1993.

Gerasul. *Relatório anual da administração*. Florianópolis, 1997.

SOTELCA. *Relatórios de atividades*. Tubarão, 04/05/1961.

SOTELCA. *Relatórios de atividades*. Tubarão, 1961.

SOTELCA. *Relatórios de atividades*. Tubarão, 1962.

SOTELCA. *Relatórios de atividades*. Tubarão, 1967.

SOTELCA. *10 anos de trabalho pelo progresso do Brasil*. Tubarão, 1967.

SOTELCA. *Relatório de atividades*. Tubarão, 1970.

Tractebel. *O Brasil cresce com a nossa energia*. Florianópolis, 2002.

### *Obras consultadas*

Bérzin, Ivan de Castro Gonçalves. *O investimento estrangeiro direto e a desnacionalização da economia: o caso das privatizações dos anos 90*. Araraquara: FCLAR/UNESP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

Cardoso de Mello, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Dias, Renato Feliciano (Org.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

Goularti Filho, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

Lessa, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Lima, José Luiz. *Políticas de governos e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

Poulantzas, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.